

# CERTIFICADO DE AUDITORIA

## CONTROLE INTERNO

Nos termos do disposto na Resolução nº 1.828/2023 da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, que regulamenta o exercício do controle externo sobre os órgãos e entidades do Poder Público Estadual, bem como do art. 61 da Lei nº 16.168/2007 (Lei Orgânica do TCE-GO), apresento o presente Certificado de Auditoria do Órgão de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), referente ao exercício de 2024.

### 1. OBJETIVO

Este relatório tem por finalidade avaliar, com base em exame documental e evidências disponibilizadas no Relatório de Gestão 2024 e anexos, a conformidade, eficiência e eficácia dos controles internos, da execução orçamentária e financeira, da gestão contábil e patrimonial, bem como da aderência aos princípios da legalidade, economicidade, razoabilidade, efetividade e responsabilidade fiscal.

### 2. AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

A análise abrangeu o Relatório de Gestão do TCE-GO e seus anexos, mediante a aplicação de procedimentos de revisão documental, análise de informações e verificação da aderência aos requisitos da Resolução nº 1.828/2023 da ALEGO, compreendendo os seguintes documentos:

1. Rol de responsáveis da unidade ou entidade jurisdicionada;
2. Relatório de Gestão, conforme Anexo III da Resolução;
3. Demonstrações Contábeis Financeiras Obrigatórias;
4. Notas Explicativas às DCASP;
5. Declaração da Comissão de Inventário constando o valor dos materiais em estoques;
6. Inventário dos materiais em estoques, por item, totalizado por conta contábil analítica;
7. Demonstrativo Sintético da movimentação do Ativo Imobilizado e Intangível;
8. Declaração da Comissão de Inventário constando o valor do imobilizado;
9. Inventário do Imobilizado, por item, totalizado por conta contábil analítica;
10. Demonstrativo dos bens objeto de concessão, permissão e autorização de uso;
11. Demonstrativo Analítico do Intangível;
12. Demonstrativo Analítico das Obrigações com Fornecedores;
13. Demonstrativo dos valores pagos de multas e juros;
14. Relatório Certificado de Auditoria do Órgão de Controle Interno;
15. Pronunciamento expresso da autoridade máxima do órgão.

## 2.1. DOCUMENTOS APRESENTADOS EM CONFORMIDADE

- 1. Rol de responsáveis da unidade: apresentado com nomeações e funções atribuídas.
- 2. Relatório de Gestão (Anexo III): estruturado conforme modelo da Resolução.
- 3. Demonstrações Contábeis (DCASP): Balanço Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, DVP, DFC e DMPL.
- 5. Declaração da Comissão de Inventário de Materiais em Estoque em anexo, com nomeação, valor apurado e período da realização in loco.
- 6. Inventário dos Materiais em Estoque, com listagem por item, quantidade, valor total e vinculação por conta contábil.
- 7. Demonstrativo Sintético da movimentação do Ativo Imobilizado e Intangível: com aquisições, baixas e depreciação.
- 8. Declaração da Comissão de Inventário do Imobilizado: com nomeação e período de realização in loco.
- 9. Inventário do Imobilizado: discriminado por item, com data de aquisição, valor inicial e atualizado.
- 10. Declaração da não existência de Bens objeto de Concessão, Permissão ou Autorização de Uso.
- 11\*. Demonstrativo Analítico do Intangível, constando: código da conta contábil analítica; descrição da conta contábil; descrição do item; valor inicial; valor atualizado.
- 12\*. Demonstrativo Analítico das Obrigações com Fornecedores: com nome, CNPJ, data de vencimento, valor original (coluna A PAGAR).
- 13. Declaração de que em 2024 não houve pagamento de multas e juros na execução de despesas das Unidades Orçamentárias 0201 e 0250.
- 14. Relatório Certificado de Auditoria do Órgão de Controle Interno
- 15. Pronunciamento expresso da autoridade máxima: atestando ciência do parecer do controle interno.

## 2.2 DOCUMENTOS COM RESSALVAS FORMAIS OU AUSENTES:

Foram identificadas as seguintes ausências ou não conformidades às quais transcrevo a seguir:

- 4. Notas Explicativas às DCASP não foram localizadas no relatório. Sua exigência é documental e técnica, uma vez que a Resolução 1.828/2023, em seu item 4, não prevê substitutivos, mas sim a inclusão efetiva das Notas Explicativas como parte das demonstrações. Elas devem ser parte integrante obrigatória das Demonstrações Contábeis (DCASP) e devem conter, conforme previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e na Portaria STN nº 548/2015, entre outros atos normativos:
  - Critérios de reconhecimento e mensuração utilizados (políticas contábeis);
  - Explicações sobre variações relevantes nas contas patrimoniais e de resultado;
  - Contingências ativas e passivas;
  - Eventos subsequentes relevantes;
  - Instrumentos financeiros e riscos associados (quando aplicável);
  - Informações sobre ativos reavaliados ou testados por recuperabilidade;
  - Outros fatos relevantes que impactem a avaliação das demonstrações.
- 11. Demonstrativo Analítico do Intangível: ausência da data de registro.
- 12. Demonstrativo Analítico das Obrigações com Fornecedores, ausência do valor atualizado.

### 3. ANÁLISE TÉCNICA E PARECER

Considerando as evidências disponíveis no Relatório de Gestão 2024 e anexos, as informações prestadas e a análise dos dados contábeis, operacionais e patrimoniais, constata-se que o Tribunal de Contas do Estado de Goiás apresentou resultados satisfatórios em relação à sua gestão administrativa e financeira.

A execução orçamentária e financeira ocorreu de forma equilibrada, com expressiva taxa de execução da despesa empenhada, superávit financeiro consolidado e adequado controle de restos a pagar. A gestão contábil se mostra eficiente, com demonstrações consistentes e alinhadas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

No campo operacional, a atuação do TCE-GO foi orientada pelo Plano Estratégico 2021–2030, com execução monitorada por indicadores de desempenho e projetos estruturados em governança, tecnologia, controle externo e formação de servidores, demonstrando assim maturidade institucional na adoção de práticas de integridade, gestão de riscos e compliance.

### 4. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTO

Face ao exposto, concluo pela REGULARIDADE das contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás relativas ao exercício de 2024, ressalvando a ausência dos documentos indicados na Seção 2.2 deste relatório.

Recomenda-se que as unidades responsáveis adotem as providências necessárias à regularização dos itens pendentes para a próxima prestação de contas, garantindo o pleno atendimento à Resolução nº 1.828/2023.

**LANA MENEZES DE CASTRO**  
**DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**